

# MAPEAMENTO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E OS DESAFIOS DA CURRICULARIZAÇÃO EM UM CURSO "SEM CAMPUS"

## MAPPING OF EXTENSION ACTIONS IN PHYSICAL EDUCATION AND THE CHALLENGES OF CURRICULAR INTEGRATION IN A 'CAMPUS-LESS' COURSE

Rafael José Gonçalves de Assis<sup>1</sup>

Rubian Diego Andrade<sup>2</sup>

Raquel de Magalhães Borges<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa os desafios da curricularização da extensão no Curso de Educação Física da UFJF-GV, em um contexto de precariedade estrutural. O problema central reside na contradição entre as exigências legais para integração da extensão nos currículos e a ausência de condições estruturais para sua implementação qualificada. O objetivo foi mapear as ações extensionistas no *campus* Governador Valadares e analisar os impactos da insuficiência infraestrutural, partindo da hipótese de que a precariedade limita o potencial transformador da extensão universitária. A metodologia combinou análise documental e levantamento de dados empíricos, organizando-se em três eixos: análise do processo de curricularização, mapeamento dos projetos ativos (2023-2024) e avaliação dos impactos na formação profissional. Os resultados demonstram que, dos 19 projetos analisados, 92% dependiam de espaços externos ao *campus*, evidenciando a fragilidade institucional. A formação profissional mostrou-se comprometida pela impossibilidade de experiências extensionistas consistentes, enquanto a comunidade local permanece distante da Universidade, apesar da distribuição geográfica das ações. A sobrecarga docente e as políticas de assistência ao discente insuficientes emergiram como desafios adicionais. Conclui-se que a precariedade estrutural reproduz desigualdades formativas e sociais, exigindo políticas institucionais que garantam: a) infraestrutura adequada; b) expansão do programa de bolsas; e c) condições de trabalho dignas para docentes. O estudo reforça a urgência de investimentos para consolidar a extensão e o próprio *campus* da UFJF-GV como referência no Vale do Rio Doce em Minas Gerais.

1 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Governador Valadares, MG, Brasil. Graduando em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares (UFJF-GV). E-mail: rafvenuto@gmail.com.

2 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Governador Valadares, MG, Brasil. Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de

Santa Catarina (UDESC) - Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: rubian.andrade@ufff.br.

3 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Governador Valadares, MG, Brasil. Doutora em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: raquel.borges@ufff.br.

**Palavras-chave:** Curricularização; Extensão universitária; Educação Física; Precariedade estrutural; Formação profissional.

## ABSTRACT

This article examines the challenges of integrating extension activities into the curriculum of the Physical Education program at UFJF-GV within a context of structural precariousness. The central problem lies in the contradiction between legal requirements for incorporating extension activities into curricula and the lack of adequate structural conditions for their qualified implementation. The study aimed to map extension initiatives at the Governador Valadares campus and analyze the impacts of infrastructure deficiencies, based on the hypothesis that precarious conditions limit the transformative potential of university extension. The methodology combined document analysis and empirical data collection, organized around three axes: examination of the curricular integration process, mapping of active projects (2023-2024), and assessment of impacts on professional training. Results demonstrate that 92% of the 19 analyzed projects relied on off-campus facilities, revealing institutional fragility. Professional training was compromised by the inability to maintain consistent extension experiences, while the local community remained distant from the University despite widespread geographical distribution of activities. Faculty overload and insufficient student support policies emerged as additional challenges. The study concludes that structural precariousness perpetuates educational and social inequalities, requiring institutional policies to ensure: a) adequate infrastructure; b) expansion of scholarship programs; and c) dignified working conditions for faculty. The research underscores the urgent need for investments to consolidate extension activities and establish the UFJF-GV campus as a reference institution in the Rio Doce Valley.

**Keywords:** Curricular integration; University extension; Physical Education; Structural precariousness; Professional training.

## INTRODUÇÃO

A implementação das diretrizes nacionais para a curricularização da extensão, estabelecidas pela Resolução CNE nº 7/2018 (Brasil, 2018), tem enfrentado obstáculos estruturais significativos em unidades acadêmicas de todo o Brasil. O caso do *campus* da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares (UFJF-GV), torna-se ainda mais desafiador. Apesar da criação do *campus* tenha sido aprovada pelo Conselho Superior da UFJF (CONSU) em 16 de fevereiro de 2012, ou seja, há 14 anos, a ausência de infraestrutura física

adequada desde então, configura um cenário de precariedade que compromete não apenas o desenvolvimento das atividades extensionistas, mas a própria qualidade da formação acadêmica dos dez cursos oferecidos pelo *campus*.

Essa realidade expõe as contradições inerentes ao processo de expansão do ensino superior público no Brasil, marcado pela criação de cursos sem os investimentos necessários em estrutura física e recursos materiais. Parte-se do pressuposto de que a extensão universitária

ria, quando realizada em condições precárias, não apenas perde seu potencial transformador, mas reproduz as desigualdades que deveria combater (Mesquita; Afonso; Carneiro, 2019). A falta de espaços físicos próprios e adequados, como ginásios esportivos, laboratórios equipados ou salas de atividades coletivas, tem forçado a realização de projetos extensionistas em condições improvisadas ou de forma colaborativa com outras instituições, via acordos de cooperação. Essa situação não apenas limita o escopo e a qualidade das intervenções, como também impõe uma carga adicional de trabalho aos docentes, que precisam dedicar tempo significativo à busca de espaços alternativos e à resolução de problemas logísticos que deveriam ser garantidos pela instituição. Além disso, restringe as possibilidades metodológicas das atividades extensionistas, limitando-as muitas vezes a ações pontuais e desconectadas. Essa fragmentação compromete um dos princípios fundamentais da extensão universitária, a construção de relações dialógicas e permanentes com a comunidade (Sousa; Nakashima; Gutberle, 2020).

Diante disso, este artigo está organizado em três seções principais. A primeira descreve como o curso de Educação Física (EF) da UFJF-GV efetivou a curricularização da extensão. Na segunda, analisa os dados coletados sobre os projetos de extensão deste mesmo curso, demonstrando como a precariedade da falta de uma estrutura física afeta tanto a quantidade quanto a qualidade das atividades desenvolvidas. E por fim, discute os impactos dessa realidade para a formação profissional em EF, área que demanda, por sua própria natureza, espaços físicos adequados para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas e extensionistas.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi mapear as ações de extensão aprovadas pela Pró-Reitoria de Extensão - PROEX-UFJF via Edital 04/2023 - PIBIEX - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão - Demanda Espontânea, com a concessão de bolsas, desenvolvidas no curso de EF da UFJF-GV (UFJF, 2023), e, contribuir para o debate sobre os desafios da extensão universitária frente à curricularização em contextos de precariedade estrutural, problematizando a contradição entre as exigências legais e a realidade de ausência de investimentos suficientes enfrentada por muitos *campi* universitários no Brasil, como é vivenciado pela comunidade acadêmica da UFJF em Governador Valadares (GV).

## METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, que articula procedimentos de análise documental e levantamento de dados empíricos (Minayo; Deslandes; Gomes, 2011) para examinar o processo de curricularização da extensão no curso de EF da UFJF-GV. A investigação fundamentou-se em três análises principais, desenvolvidas entre novembro de 2023 e janeiro de 2024.

Como fontes primárias, foram analisados os 19 projetos de extensão aprovados no âmbito do Edital PROEX 04/2023 (PIBIEX), com especial atenção aos planos de trabalho disponibilizados pelos docentes responsáveis. Complementarmente, examinaram-se documentos oficiais do curso, incluindo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o Regimento da Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX) e registros institucionais do Departamento de Educação Física (DEF)/ICV<sup>4</sup>.

4 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/educacaofisicagv/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

A análise quantitativa concentrou-se no mapeamento sistemático das seguintes variáveis: número de docentes e colaboradores envolvidos nos projetos; distribuição por áreas temáticas conforme classificação da PROEX; carga horária docente dedicada às atividades extensionistas; e abrangência geográfica das ações no município de GV. Paralelamente, a abordagem qualitativa permitiu examinar os desafios estruturais relatados nos projetos, com ênfase nas limitações impostas pela ausência de infraestrutura adequada.

Por fim, realizou-se uma análise crítica comparativa entre as diretrizes estabelecidas nos documentos normativos (PPC e regimento da CAEX) e a efetiva implementação das atividades extensionistas, identificando os pontos de convergência e divergência neste processo de curricularização.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na sequência, será apresentada a problematização dos eixos metodológicos, articulando os resultados obtidos com a literatura especializada. Inicialmente, será descrito o processo de curricularização da extensão no curso de EF, com base em seus fundamentos regimentais e normativos. Em seguida, será exposto o mapeamento das ações extensionistas desenvolvidas no período analisado. Por fim, serão discutidos os impactos da insuficiência de infraestrutura na formação inicial em EF, com ênfase nos objetivos formativos da extensão universitária e em seu papel no processo de formação profissional crítica e comprometida socialmente.

### A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE EF DA UFJF-GV

Após a publicação da Resolução nº 7/2018, a UFJF estabeleceu, por meio da Portaria nº

75/2022 (UFJF, 2022), as diretrizes para a inserção da extensão nos currículos de graduação, determinando que todos os cursos da instituição incorporem atividades extensionistas em sua estrutura curricular. No curso de EF da UFJF-GV, uma das estratégias adotadas para atender a essa normatização foi a criação de disciplinas específicas voltadas às Atividades Curriculares de Extensão (ACE 1 e ACE 2), além do Seminário em Saúde e EF - Integração Ensino-Serviço-Comunidade. Complementarmente, diversas disciplinas regulares também passaram a incluir atividades de extensão em seus conteúdos, promovendo uma integração efetiva entre ensino, extensão e comunidade (UFJF, 2022).

As disciplinas ACE 1 e ACE 2, com 60h cada e ministradas por docentes da CAEX, atuam como ponte entre os (as) acadêmicos (as) e os projetos de extensão. De caráter extensionista, promovem a formação interdisciplinar, o protagonismo discente e a integração ensino, pesquisa e extensão. Seus conteúdos abordam os princípios da extensão universitária e incluem a elaboração de um relatório final, apresentado no Seminário de Atividades Curriculares de Extensão. A alocação dos (as) estudantes ocorre no início de cada semestre, em articulação com os (as) coordenadores (as) dos projetos.

A disciplina "Seminário em Saúde e EF – Integração Ensino-Serviço-Comunidade" (15h) aborda temas integradores e emergentes na área da saúde, com foco na relação entre Educação Física e saúde coletiva. Promove a articulação entre ensino, serviço e comunidade por meio de seminários e oficinas abertas, com participação de convidados, ampliando a troca de saberes e a formação dialógica (UFJF, 2022).

Como ferramenta para subsidiar as ações da Comissão de Acompanhamento das Atividade-

des de Extensão (CAEX), criou-se o projeto de Extensão Ações Gerais de Extensão do Curso de EF da UFJF-GV que abrange todas as disciplinas com carga horária dedicada à extensão. Além destas oportunidades curriculares, os discentes podem, de forma autônoma, se inserir por meio de processos seletivos divulgados, via editais de seleção discente. Essa proposta foi concebida não apenas para atender à exigência de 10% da carga horária total do curso destinada à extensão, conforme prevê a Resolução nº 7/2018 (Brasil, 2018), mas, sobretudo, para enriquecer as experiências formativas dos estudantes. Busca-se, assim, garantir que a vivência extensionista vá além de um cumprimento burocrático, constituindo-se como um espaço privilegiado para a construção de conhecimentos significativos e para o fortalecimento do compromisso social inerente à formação profissional.

### **MAPEAMENTO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DO CURSO DE EF DA UFJF-GV**

Entre o período de 2023-2024, o DEF da UFJF-GV, possuía 19 projetos de extensão ativos, contemplando uma gama ampla de áreas de atuação. Dentre eles, destacam-se projetos como “Acqua Kids: atividades aquáticas para crianças com deficiência”, “Avaliação Física e Funcional da comunidade Valadarense” e “Atividade Física para Prevenção e Tratamento de Doenças Cardiometabólicas”, demonstrando o compromisso com a saúde pública. Outras iniciativas como “Bocha paralímpica da comunidade valadarense”, “GoalBall Melhorando a Visão”, “Projeto TEA UFJF-GV” e “Viver Bem e Mais: Idosos em Movimento 2023” evidenciam a atenção a populações específicas em vulnerabilidade social, enquanto projetos como “Clube da Criança Aventureira”, “Dança Circular” e “A brincadeira de roda como prática artística comunitária” ilustram a diversidade metodológica e temática das

ações de extensão promovidas pelo DEF.

A diversidade de áreas de atuação dos projetos de extensão configura um cenário formativo singular, no qual os estudantes desenvolvem competências e habilidades adaptativas em múltiplas frentes da EF. Essa diversidade está alinhada ao perfil do egresso delineado no Projeto Pedagógico do Curso (UFJF, 2023). Contudo, a continuidade dessas ações enfrenta obstáculos, especialmente no que se refere à consolidação de práticas extensionistas de caráter permanente. A efetivação da função social atribuída à Universidade Pública, depende, em grande medida, do interesse, da abertura e da capacidade organizacional e estrutural de acolhimento das atividades por parte de entidades parceiras, como organizações não governamentais e instituições filantrópicas, o que pode limitar a sustentabilidade das ações ao longo do tempo.

Dezenove projetos de extensão vinculados ao DEF da UFJF-GV, revelou o envolvimento de nove parceiros externos que oferecem apoio à sua realização. A carência de infraestrutura física adequada no *campus* impõe limitações objetivas ao desenvolvimento das atividades, tornando imprescindíveis soluções criativas e o estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar a execução dos projetos. Embora essas parcerias ampliem a inserção da Universidade na comunidade, a falta de autonomia dos docentes coordenadores na organização e gestão dos espaços utilizados restringe o atendimento aos beneficiários e compromete a formação dos discentes. Essa realidade paradoxal, que exige excelência acadêmica em meio a condições materiais precárias, representa um dos principais desafios enfrentados no processo de curricularização da extensão nesse contexto específico. Nesse sentido, Fontenele (2024) aponta que essa realidade evidencia desafios estruturais mais



Apesar das dificuldades de logística e fragmentação do *campus*, a difusão das atividades ao longo de todo o perímetro da cidade, oportuniza aos beneficiários atividades em todas as áreas da extensão (saúde, cultura, educação, e meio ambiente), sendo em sua maioria as atividades no âmbito da saúde, representando 73,7% dos projetos. No que tange às principais linhas de extensão, o "Esporte e Lazer" e na "Saúde", representam 52,6% e 26,3% do total de projetos, as quais refletem não apenas as diretrizes nacionais para a extensão universitária, mas também demandas sociais locais próprias da cidade. De acordo com Isayama (2002), o "Esporte e Lazer" enquanto fenômeno sociocultural, configuram-se como ferramentas privilegiadas capazes de integrar e fomentar o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões. Paralelamente, a linha "Saúde" emerge como outra vertente fundamental que inserem a EF como objeto essencial na promoção da saúde coletiva, alinhando-se às políticas públicas em saúde e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Além disso, o diagnóstico apresentado indica que quase 80% das ações são promovidas de maneira regular, com apenas dois projetos desenvolvendo ações eventuais ou de maneira alternada. Essas questões, associadas às demandas sociais relacionadas à promoção da saúde, reforçam a importância das ações extensionistas para o contexto regional.

O impacto social dos projetos do DEF na população valadarense também fica evidenciado no quantitativo de beneficiários. Com base nas estimativas de público Projetos de Extensão, estima-se o atendimento de aproximadamente 3.090 munícipes, o que corresponde, aproximadamente 1,2% da população total do município. A distribuição etária dos beneficiários revela a abrangência das ações com

560 idosos, 575 crianças e adolescentes e 1.955 adultos. Esses dados demonstram a capacidade de articulação das atividades extensionistas com diferentes segmentos populacionais e o potencial de alcance social das atividades extensionistas, bem como a sintonia das ações com demandas sociais específicas, especialmente no que concerne ao envelhecimento da população e à promoção da saúde em diferentes ciclos da vida (Lima *et al.*, 2021).

No que tange aos recursos humanos, na oportunidade o DEF contava com 19 docentes efetivos vinculados, sendo que 18 possuíam regime de trabalho de 40 horas semanais em caráter de dedicação exclusiva e uma docente com jornada de 30 horas semanais. No entanto, 16 docentes atuavam diretamente como coordenadores ou vice-coordenadores de projetos. Assim, a carga horária docente total somava-se 750 horas semanais. A partir da análise dos planos de trabalho, a carga horária total em extensão totalizou 127 horas semanais, o que corresponde a aproximadamente 17% da carga horária total do corpo docente do DEF. Essas horas de trabalho, associadas às demandas que a carreira docente exige, como as atividades de ensino, pesquisa e gestão acadêmica, reflete como uma sobrecarga do trabalho docente. Nesse sentido, estudos relatam o impacto sobre a saúde e qualidade de vida, apresentando um cenário de prejuízos sob o ponto de vista da saúde mental e física (Pinho *et al.*, 2023). Paradoxalmente, a própria política de curricularização da extensão, concebida para valorizar esta função, transforma-se em uma fonte adicional de estresse profissional quando implementada sem as condições de trabalho necessárias.

Nesse contexto, o número limitado de bolsas contribui para o desenvolvimento deste processo, revelando um cenário marcado

por significativa precarização das políticas de permanência do acadêmico no Ensino Superior. Os dados indicam que, além das 19 bolsas disponíveis (uma por projeto) terem sido integralmente ocupadas no ano, 60 das 68 vagas de voluntários foram preenchidas (sem considerar os alunos em ACE 1 e ACE 2), revelando ser insuficiente as verbas destinadas para este fim. Se por um lado o voluntariado amplia o acesso à experiência extensionista, por outro institucionaliza um modelo que transfere aos discentes os custos da formação integral, particularmente onerosos, especialmente para estudantes de baixa renda (Mesquita; Afonso; Carneiro, 2019). Não obstante, a elevada taxa de ocupação revela o impacto positivo da participação extensionista na trajetória discente. Estudo com egressos demonstrou que a atuação de forma consistente em projetos obtiveram inserção profissional mais rápida e em áreas afins à sua formação. Este dado corrobora pesquisas nacionais que associam a experiência extensionista ao desenvolvimento de competências profissionais e cidadãs (Da Costa *et al.*, 2022), mas também evidencia a necessidade de mecanismos institucionais que garantam equidade no acesso a tais oportunidades

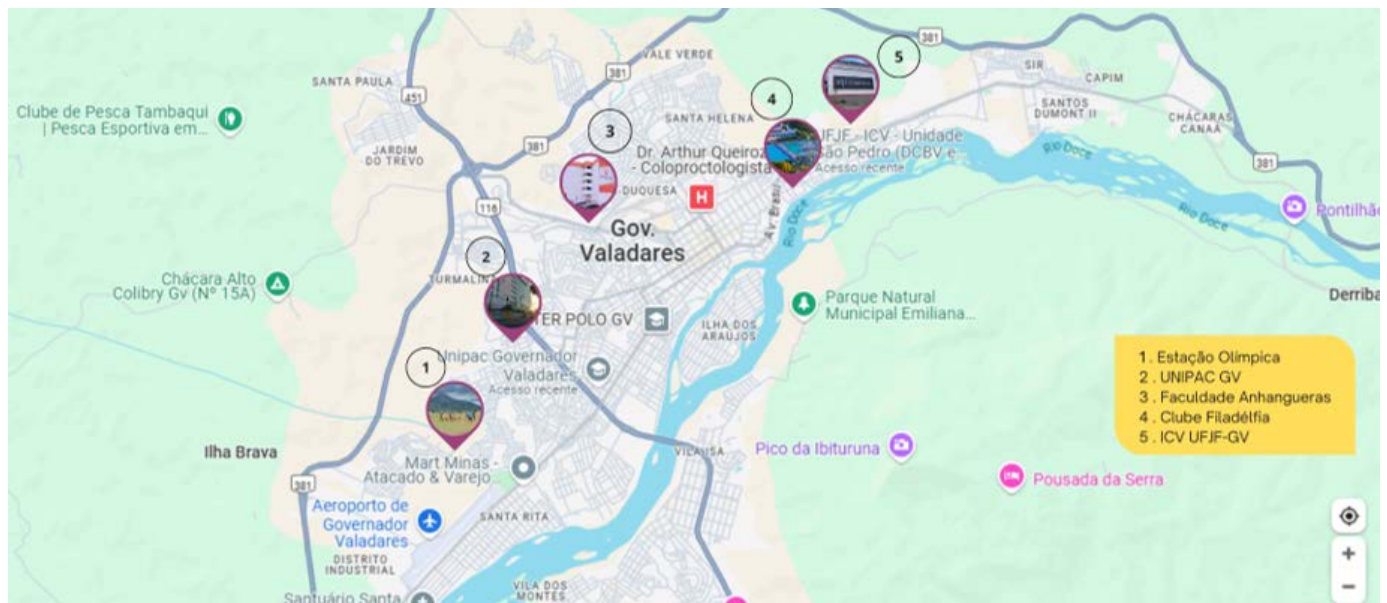
### **OS IMPACTOS DA FALTA DE ESTRUTURA FÍSICA NA FORMAÇÃO INICIAL EM EF E OS OBJETIVOS DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS**

A precariedade de infraestrutura no *campus* da UFJF-GV compromete profundamente os objetivos formativos da extensão universitária. No entanto, o caso da EF torna-se imperial, tendo em vista que desde a criação do *campus*, não recebeu nenhum investimento em termos de infraestrutura própria. Como área profissional intrinsecamente vinculada às demandas sociais, a EF requer espaços adequados para que os futuros profissionais possam desenvolver não apenas competên-

cias técnicas, mas também um olhar crítico sobre sua atuação. A extensão universitária, quando realizada em condições estruturais insuficientes, limita-se a experiências de prática profissional isoladas, distanciando-se de seu potencial como eixo transformador da formação.

Atualmente, a UFJF-GV, ainda não possui uma estrutura física própria destinada exclusivamente ao curso de EF. Dessa forma, suas atividades acadêmicas são distribuídas por diferentes pontos da cidade. As aulas teóricas e atividades administrativas (secretaria do curso e reuniões de comissões e conselhos), ocorrem na Faculdade Anhanguera (centro da cidade). Já as práticas das disciplinas de esportes coletivos, lutas e ginástica são realizadas na Sociedade Recreativa Filadélfia (3,2 km da Faculdade Anhanguera), localizada no bairro São Pedro, que também abriga o laboratório Multifuncional utilizado em disciplinas como "Fisiologia do Exercício", "Treinamento Físico", "Biomecânica" e "Prescrição de Atividades para Pessoas com Deficiência". As disciplinas de Atletismo I e II ocorrem no Parque Olímpico, localizado no bairro Castanheira (5,5 km). As atividades práticas da disciplina de "Envelhecimento e EF" são desenvolvidas no Lar dos Velhinhos, Instituição de Longa Permanência de idosos (2,5 km). As disciplinas do Departamento de Ciências Básicas da Vida (DCBV) como "Biologia Celular", "Fisiologia Básica" e "Bioquímica" são ministradas no prédio localizado no bairro São Pedro, em terreno locado (3,0 km). As aulas de "Anatomia" são ofertadas em instalações da Universidade UNIPAC, no bairro Vila Bretas (3,5 km). Essa descentralização impõe desafios logísticos de transporte para diferentes locais da cidade, tanto para docentes quanto para discentes, impactando diretamente a dinâmica do ensino e a integração entre teoria e prática.

Figura 2. Localização e distribuição das instalações do DEF da UFJF-GV



Fonte: Google Maps (2025).

A ausência de infraestrutura física própria para o funcionamento de cursos de graduação não é uma realidade exclusiva da UFJF-GV. Outras instituições públicas enfrentam desafios semelhantes, como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), *campus* Joinville, que desde sua criação em 2009 funcionou, inicialmente, em espaços cedidos pela Univille e, posteriormente, em prédios alugados, sem sede definitiva até os dias atuais (UFSC, 2023). Situação parecida ocorre com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), que, por sua natureza pedagógica e estrutural, não possui um *campus* central. Suas atividades presenciais e avaliações ocorrem exclusivamente em polos de apoio presencial distribuídos em municípios parceiros por meio de convênios com prefeituras e instituições locais (UNIVESP, 2022).

A falta de infraestrutura adequada, como espaços para práticas corporais (quadras, pista de atletismo, sala de lutas, sala de dança, piscina, entre outros), laboratórios de avaliação física e motora e espaços comunitários de intervenção, restringe o desenvolvimento

de habilidades essenciais para uma atuação qualificada. Projetos como os de “Iniciação à Ginástica” e “Ginástica de condicionamento”, que demandam ambientes específicos e equipamentos especializados, tornam-se na maioria das vezes incapazes de oferecer aos discentes experiências formativas completas. Como resultado, os estudantes formam-se sem vivenciar adequadamente a complexidade do trabalho profissional em circunstâncias apropriadas, impondo exigências adicionais aos docentes para promoção de uma formação que capacite o futuro profissional para uma intervenção social qualificada.

Ainda, a insuficiência de estrutura de um *campus* não limita apenas a formação acadêmica, mas também compromete o vínculo essencial entre a Universidade e a comunidade. Quando as ações extensionistas são realizadas de forma fragmentada e em espaços improvisados, reduz-se a oportunidade de consolidar a presença institucional no território, reforçando um distanciamento e a falta do sentimento de pertencimento da Universidade enquanto instituição a serviço

da própria comunidade. Enquanto as ações extensionistas não puderem contar com espaços próprios, adequados e convidativos à comunidade, permanecerá a percepção da Universidade como "ilha acadêmica" distante dos problemas e potencialidades do seu entorno.

Além disso, a insuficiência estrutural fragiliza o papel da extensão como espaço de construção do compromisso social, um dos pilares da formação em EF. Quando as ações extensionistas são realizadas de forma precária e descontínua, os discentes perdem a oportunidade de desenvolver uma compreensão profunda dos determinantes sociais da saúde e da educação, limitando sua formação à dimensão técnica em detrimento da política. A extensão universitária, em condições ideais, deveria permitir a fruição da práxis (Freire, 2011), ou seja, a ação-reflexão-ação do acadêmico em sua intervenção, dialogando entre o conhecimento acadêmico e saberes populares. Sem infraestrutura adequada, esse diálogo torna-se superficial e episódico.

O caso da UFJF-GV, e em especial o Curso de EF, explicita uma contradição fundamental: como formar profissionais críticos e socialmente comprometidos sem oferecer as condições estruturais que vivenciem, durante sua formação, práticas extensionistas consistentes? A resposta parece clara: a precarização da extensão reproduz, no âmbito da formação inicial, as mesmas desigualdades que a EF deveria combater no exercício profissional. Se a Universidade Pública não consegue garantir condições mínimas para a realização de atividades extensionistas qualificadas, tais condições adversas impõem um custo físico e mental elevado aos professores e estudantes, obrigados a realizar planejamentos complexos e cumprir com a curricularização da extensão e, mesmo com tanto esforço, a

formação ainda pode ser comprometida em seu intuito de transformar a realidade social (Gadotti, 2017).

Superar esse impasse exige reconhecer que a extensão universitária de qualidade não é acessório formativo e uma exigência legal (agora curricularizada), mas condição para a formação de profissionais de EF comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e saudável. A defesa de infraestrutura adequada torna-se, assim condição indispensável, não apenas uma reivindicação da comunidade acadêmica, mas um imperativo ético-político para todos que acreditam no potencial transformador da EF como campo de conhecimento e prática social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, destaca-se que o termo "sem *campus*", utilizado propositalmente no título deste trabalho, constitui uma crítica substantiva à realidade institucional. Mais do que denunciar a ausência de infraestrutura física adequada, a expressão busca evidenciar um paradoxo mais profundo: após treze anos de existência, a UFJF-GV ainda não consolidou uma identidade territorial como Universidade Pública junto à população valadarense. Esta condição periférica se manifesta não apenas na carência de espaços acadêmicos, mas na frágil apropriação social da instituição como bem público, revelando os limites das políticas de interiorização do ensino superior que priorizam a criação de cursos sem garantir as condições materiais para seu pleno funcionamento.

Mais que um documento denunciando a falta de condições ao trabalho docente dentro do contexto da UFJF-GV, trata-se de posicionamento político com o descaso estrutural enfrentado pela comunidade acadêmica e a

própria cidade de GV. Além disso, deve ser encarado como um diagnóstico construtivo que evidencia a qualidade das ações extensionistas desenvolvidas pelo DEF. Tais ações, já consolidadas, podem ser ainda mais fortalecidas a partir da construção de uma estrutura física definitiva e adequada, capaz de atender com excelência às demandas do ensino, da pesquisa e da extensão, especialmente no que se refere ao serviço prestado à comunidade valadarense.

Além disso, a produção desta pesquisa materializa um dos pilares da tríade acadêmica (ensino-pesquisa-extensão), uma vez que resulta do desdobramento do relatório final do Projeto de Extensão "Ações de Gerais de Extensão do Curso de EF". Ainda, considerando que um dos propósitos da extensão é promover um olhar crítico e reflexivo de fora para dentro, contribuindo para o aprimoramento das ações da própria Universidade, entende-se que os objetivos propostos foram plenamente alcançados.

Os dados indicam que a precariedade estrutural impõe limitações concretas ao desenvolvimento das atividades extensionistas, restringindo-as a ações relevantes e significativas, porém pontuais e fragmentadas, que dificilmente atingem a profundidade necessária para estabelecer vínculos duradouros com a comunidade. Essa conjuntura acarreta um duplo prejuízo: por um lado, os discentes concluem sua formação sem vivenciar plenamente a complexidade da prática profissional em contextos reais; de outro, a população local é privada do acesso contínuo a serviços e saberes que poderiam contribuir para seu desenvolvimento integral e para o fortalecimento de sua relação com a Universidade.

A sobrecarga docente e discente configura-se como outro aspecto crítico, com professo-

res dedicando tempo excessivo à resolução de problemas burocráticos em detrimento do acompanhamento qualificado das atividades, e estudantes voluntários assumindo custos que deveriam ser garantidos institucionalmente, lidando com a dificuldade de mobilidade em uma estrutura de *campus* fragmentada. Esse cenário acaba por reproduzir, no âmbito da formação acadêmica, as mesmas desigualdades que a extensão universitária deveria combater na sociedade.

Os resultados indicam que a política de curricularização, quando implementada sem os investimentos necessários em infraestrutura e recursos humanos, arrisca-se a se tornar mero cumprimento formal de exigências legais, distanciando-se de seu propósito original de formação profissional crítica e intervenção social transformadora. A superação desse impasse exige medidas concretas que incluam não apenas a ampliação e adequação dos espaços físicos no *campus*, mas também a revisão na sobrecarga de trabalho docente, a expansão do programa de bolsas extensionistas e o fortalecimento de parcerias institucionais estáveis.

Transformar essa realidade configura-se como imperativo ético e político para todos que defendem o caráter público da Universidade e reconhecem o potencial da EF como campo de conhecimento comprometido com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e saudável. A concretização desse projeto demandará, contudo, vontade política e investimentos consistentes que assegurem as condições estruturais necessárias à plena realização da extensão universitária. Somente assim será possível consolidar seu papel na formação profissional e no desenvolvimento social de GV e do território do Vale do Rio Doce, a partir de uma sede própria, estruturada, integrada e unificada.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Resolução no 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808). Acesso em: 08 jun. 2025.
- DA COSTA, Igor Henrique; RIBEIRO, Kethlen Isabela de Oliveira; DO PRADO, Ida Berenice Heuser *et al.* Contribuição da extensão universitária na formação em educação física. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 13, n. 2, p. 161-172, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2022v13n2.12594>.
- FONTENELE, Iolanda Carvalho. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Revista Katálysis**, São Paulo, v. 27, p. e97067, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e97067>.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 54. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Governador Valadares (MG) - Cidades e Estados, 2022.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/governador-valadares.html>. Acesso em: 08 jun. 2025.
- ISAYAMA, Helder Ferreira. **Lazer e formação humana: um estudo na perspectiva da pedagogia histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2002.
- GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê?. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, n. 1-18, p. 1, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/9-noticias/247-extensao-universitaria-para-que>. Acesso em 08 jun. 2025.
- GOOGLE. **Google Maps.** [s. d.]. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- LIMA, Monique de Freitas Gonçalves; LINHARES, Francisca Márcia Pereira; VASCONCELOS, Eliane Maria Ribeiro de *et al.* A extensão universitária e sua relação com a qualidade de vida de idosos vulneráveis amazônidas. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 10, n. 3, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13240>.
- MESQUITA, Maria Cristina Dutra; AFONSO, Lúcia Helena Rincon; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. Política Pública de Permanência no Ensino Superior: a "Bolsa" Universitária em Goiás. **Revista Espacios**, [S. l.], v. 40, n. 17, p. 30, 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Editora Vozes Limitada, 2011.
- PINHO, Paloma de Sousa; FREITAS, Aline Macedo Carvalho; PATRÃO, Ana Luísa; AQUINO, Estela Maria Leite. Estresse ocupacional, saúde mental e gênero entre docentes do ensino superior: revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 4, e210604, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023210604pt>.
- PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024: Reimaginar a cooperação num mundo polarizado.** Nova York: PNUD, 2024. Disponível em: [https://hdr-undp-org.translate.google.com/content/human-development-report-2023-24?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt&\\_x\\_tr\\_pto=tc](https://hdr-undp-org.translate.google.com/content/human-development-report-2023-24?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc). Acesso em: 08 jun. 2025.
- GOMES, Vitória Lucena; MARTINS, Bianca Virgínia Alves; ARAÚJO, Julia Mateus Lima *et al.* O impacto de um projeto de extensão universitária na formação profissional de estudantes: uma revisão da literatura. **Revista Coopex.**, [S. l.], v. 15, n. 02, p. 5221-5333, 2024. DOI: <https://doi.org/10.61223/coopex.v15i02.804>.
- SOUSA, Ianed da Luz; NAKASHIMA, Rosária Helena Ruiz; GUTBERLE, Jutta. A extensão universitária: espaço de comunicação e de transformação social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 27, n. 4, p. 372-395, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v27n4p372-395>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Setorial de Graduação. **Resolução nº 75, de 12 de julho de 2022.** Estabelece normas para a inserção da Extensão nos Currículos de Graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/congrad/wp-content/uploads/>

sites/30/2022/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-75.2022.pdf. Acesso em: 07 jun 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física - Bacharelado**. Governador Valadares: UFJF-GV, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/educacaofisicagv/wp-content/uploads/sites/434/2023/02/PPC-Gradua%C3%A7%C3%A3o-em-Educa%C3%A7%C3%A3o-F%C3%ADsica-Final-2023.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Extensão. **Edital nº 04/2023 - PIBIEX: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão - Demanda Espontânea, com a concessão de bolsas**. Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proex/wp-content/uploads/sites/59/2023/05/PIBIEX-2023-Demanda-Espontânea.pdf>. Acesso em: 28 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Campus Joinville**. Joinville: UFSC, 2023. Disponível em: <https://joinville.ufsc.br/campus/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual do Candidato 2022**. São Paulo: UNIVESP, 2022. Disponível em: <https://univesp.br/vestibular>. Acesso em: 9 jun. 2025.

Recebido em: 02/07/2025

Revisado em: 12/05/2026

Aprovado em: 09/06/2026